



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

ANALISTA TÉCNICO JUDICIÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto de Ignácio de Loyola Brandão para responder às questões de números **01** a **09**.

A pedra na roda

Deixamos Porto Alegre às 8 da manhã. Seriam 300 quilômetros, cerca de quatro horas de viagem através de campos e serras. Eram três ônibus que levavam cem escritores, entre romancistas, poetas, professores, linguistas, para um encontro literário em Passo Fundo.

A viagem prosseguia bem até o momento que ouvimos um barulho assustador nos pneus traseiros. Como se tivessem explodido e a borracha continuasse a bater no solo. O ônibus parou. Os outros pararam também em solidariedade, para saber o que se passava.

Já eram 11h30, tínhamos ainda uma hora e pouco de estrada para a abertura, às 13h, da Jornada Literária, acontece que uma pedra de bom porte se meteu entre os dois pneus traseiros. São rodas duplas e a pedra se enfiou, sabe-se lá como, entre os pneus da direita. Não dava para andar, a pedra rasgaria tudo.

Juntaram-se os três motoristas, buscando solução. Apareceram uma marreta, um formão (muito pequeno), uma chave de roda. Os motoristas se revezavam, martelavam de um lado, do outro, de cima para baixo. A pedra, imóvel, para dar o ar da graça e animar, soltou umas lasquinhas que encheram todos de esperanças. Ficou nisso.

Poetas, romancista, linguistas, ensaístas, todos deram opiniões estapafúrdias. Escrever um romance parece mais fácil do que arrancar uma pedra da roda.

O tempo passou, já tinha sido solicitado o socorro, mas o caminhão ia demorar. Já eram quase 13h quando surgiu um garoto pedalando uma bicicleta. Viu aquele amontoamento, inteirou-se do assunto. Ficou olhando, os motoristas continuavam com as marteladas inúteis. Havia no ar certa desesperança. Como quem não quer nada, o garoto da bicicleta disse: "E se desparafusarem as rodas, será que a pedra não se solta?" Todos se olharam. Os intelectuais sorriram. Os motoristas ficaram perplexos.

Foi necessário muito esforço para desrosquear, mas, enfim, as rodas se abriram, a pedra – enorme – caiu. Houve aplausos, alívio. Voltamos ao ônibus, a viagem prosseguiu. Skarmeta* escreveu um curto poema sobre a roda travada – lido, mais tarde, no palco.

Cada um de nós, homens do mundo das letras, tem a certeza de que sabe escrever coisas lindas e comoventes. Mas quando uma pedra entra no caminho, não temos a ideia simples e brilhante de desparafusar as rodas, diminuindo a pressão. Talvez na vida possamos aplicar o mesmo método: desapertar um pouco o parafuso, deixar a pedra cair.

(Coleção melhores crônicas: Ignácio de Loyola Brandão. Org. Cecília Almeida Salles. Editora Globo. Adaptado)

*Antonio Skarmeta é escritor chileno, autor de *O carteiro e o poeta*.

01. Comentando a respeito da viagem, no quarto parágrafo, o autor afirma "Ficou nisso" referindo-se ao fato de que
- (A) os motoristas, irritados, puseram ainda mais energia nas marteladas dadas na rocha.
 - (B) a posição e a resistência da pedra estavam prestes a rasgar os pneus traseiros do ônibus.
 - (C) todos se conformaram com a longa espera pela chegada do caminhão de resgate.
 - (D) a pedra permaneceu praticamente incólume às marteladas desferidas pelos motoristas.
 - (E) a comitiva se manteve convicta de que não perderia o evento em Passo Fundo.

02. Considere as passagens do texto.

- A viagem prosseguia bem até o momento que ouvimos um barulho assustador... (2º parágrafo)
- Já eram 11h30, tínhamos ainda uma hora e pouco de estrada para a abertura, às 13h, da Jornada Literária... (3º parágrafo); Já eram quase 13h quando surgiu um garoto pedalando uma bicicleta. (6º parágrafo)

Nessas passagens, o autor informa os leitores a respeito, respectivamente,

- (A) do cancelamento dos compromissos agendados na Jornada Literária; da desconfiança do grupo de intelectuais em relação à capacidade dos motoristas de resolverem o problema.
- (B) do incidente que provocou uma ruptura nas expectativas do grupo; do transcórre do tempo gasto na estrada em relação ao horário de abertura do evento literário.
- (C) da interrupção de uma viagem até então agradável; da impaciência de todos diante de um longo percurso de 300 quilômetros.
- (D) do medo sentido pelos passageiros devido ao rumor inesperado de uma explosão; do desânimo dos presentes com o atraso do caminhão de resgate.
- (E) da angústia dos escritores, pois não chegariam a tempo para receber as homenagens de praxe; da certeza dos viajantes de que estariam ainda pela manhã na cidade de destino.

03. Pelas reflexões presentes no último parágrafo, constata-se que para o autor:

- (A) intelectuais, como ele, têm mais competência para escrever livros que para dar soluções a imprevistos do cotidiano.
- (B) a garantia de viagens mais organizadas e seguras deve ser uma exigência para que escritores participem de eventos culturais.
- (C) os jovens, como o garoto da bicicleta, são aqueles que, diferentemente dos mais velhos, têm capacidade para resolver situações intrincadas.
- (D) o encontro de uma pedra no caminho pode se transformar em tema para textos comoventes e de cunho político.
- (E) o garoto solucionou o impasse com simplicidade e brilhantismo, pois era um tipo de ocorrência a que estava habituado.

04. Considere as passagens do texto.

- Poetas, romancista, linguistas, ensaístas, todos deram opiniões **estapafúrdias**. (5º parágrafo)
- **Como quem não quer nada**, o garoto da bicicleta disse... (6º parágrafo)
- Os motoristas ficaram **perplexos**. (6º parágrafo)

No contexto em que se encontram, as expressões destacadas significam, respectivamente:

- (A) incongruentes; com empáfia; ressabiados.
- (B) aleatórias; de supetão; indignados.
- (C) ambíguas; ingenuamente; ríspidos.
- (D) bizarras; de forma suspeita; ofendidos.
- (E) disparatadas; despreziosamente; atônitos.

05. O trecho “Skarmeta escreveu um curto poema sobre a roda travada – lido, mais tarde, no palco” (7º parágrafo) está reescrito de acordo com a norma-padrão e expressa suposição em:

- (A) Na certa Skarmeta escreveria um poema sobre a roda travada que fora lido no encontro.
- (B) Aliás, Skarmeta escrevera um poema sobre a roda travada que foi lido no encontro.
- (C) Possivelmente Skarmeta teria escrito um poema sobre a roda travada que seria lido no encontro.
- (D) A saber, Skarmeta tinha escrito um poema sobre a roda travada que será lido no evento.
- (E) Talvez Skarmeta escreverá um poema sobre a roda travada que era lido no evento.

06. Considere as passagens do texto.

- ... mas, enfim, as rodas se abriram, a pedra – enorme – caiu. (7º parágrafo)
- Talvez na vida possamos aplicar o mesmo método: desapertar um pouco o parafuso, deixar a pedra cair. (último parágrafo)

Em relação ao emprego dos travessões e ao trecho introduzido pelos dois-pontos, é correto afirmar, respectivamente, que

- (A) ressalta o sentido irônico da palavra; faz um apelo à coragem dos leitores.
- (B) enfatiza a característica da pedra; explicita o método referido anteriormente.
- (C) minimiza o empenho dos motoristas; defende a necessidade de seguirmos métodos na vida.
- (D) indica a supressão de palavras; assegura o ceticismo do autor quanto à eficácia do método.
- (E) destaca o uso de linguagem informal; pondera sobre os transtornos causados pela pedra.

07. De acordo com a norma-padrão, pode-se alterar a colocação do pronome no trecho do texto indicado em:

- (A) Os outros pararam também em solidariedade, para saber o que passava-se.
- (B) Se juntaram os três motoristas, buscando solução.
- (C) Os motoristas revezavam-se, martelavam de um lado, do outro, de cima para baixo.
- (D) “E se desparafusarem as rodas, será que a pedra não solta-se?”
- (E) Todos olharam-se.

08. Assinale a alternativa cuja frase está de acordo com a norma-padrão de regência verbal e nominal.

- (A) Os outros viajantes desceram predispostos a mostrar solidariedade e entender de que problema os demais se ocupavam.
- (B) Os outros viajantes desceram interessados com mostrar solidariedade e entender de que problema os demais se queixavam.
- (C) Os outros viajantes desceram atentos em mostrar solidariedade e entender de que problema os demais se deparavam.
- (D) Os outros viajantes desceram preocupados a mostrar solidariedade e entender com que problema os demais lidavam.
- (E) Os outros viajantes desceram propensos para mostrar solidariedade e entender com que problema os demais enfrentavam.

09. Assinale a alternativa cuja frase está em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal e nominal.

- (A) Era cedo quando os escritores deixaram Porto Alegre, pois haveriam 300 quilômetros de estrada a ser percorrido pelo grupo.
- (B) Primeiramente foi com marreta e chave de roda que se tentaram tirar a pedra, fixa e resistente no espaço entre as rodas.
- (C) A intervenção do garoto da bicicleta tornou memorável para o autor as aventuras daquela viagem a Passo Fundo.
- (D) Certamente vieram à mente dos organizadores da Jornada Literária os prejuízos que causaria o atraso dos convidados.
- (E) Não pareceu suficientes ao garoto as marteladas que os motoristas davam continuamente na pedra.

Leia o texto para responder às questões de números 10 a 14.

Projeto musical faz shows secretos em SP

“É muito raro isso aqui”, diz a cantora Marina Melo em frente a um público de cerca de cem pessoas em São Paulo. “Um monte de gente sentada no chão, sem saber exatamente o que vai escutar, disposta a ficar em silêncio e a ouvir”.

O espaço do palco é delimitado apenas por um tapete e um pedestal de microfone com luzinhas enroladas. A localização é um estúdio na zona oeste da capital, mas poderia ser qualquer outro canto — isso ajuda a resumir o Tranquilo, projeto musical mineiro que desembarcou em São Paulo e acontece nas noites de segunda-feira, mas nunca no mesmo lugar.

Funciona assim: aos domingos, o perfil no *Instagram* do Tranquilo publica uma enquete. Quem responde recebe por mensagem a localização e os detalhes dos shows marcados para o dia seguinte. A escalação de artistas — sempre representantes da música independente e autoral — só é liberada na segunda-feira e o *lineup*¹ não se repete.

O projeto começou no quintal da casa do músico Thales Silva, que se sentia sem horizontes após lançar um álbum e não conseguir fazer o trabalho circular. “O artista independente não consegue furar algumas bolhas porque existem painelas que não se abrem. É como se você tivesse que expandir seu público sem ter oportunidades”, ele afirma. “Então eu criei o evento pensando nesses artistas que têm qualidade, mas que, se não acharem um palco, vão ficar eternamente parados.”

Durante as apresentações, em formato de *pocket show*² e que elegem a diversidade como prioridade, o público recebe a letra de algumas composições. A localização escondida também gera curiosidade. Neste ano, o público chegou a 1 200 pessoas em Belo Horizonte.

Além de estimular a cena musical independente, o projeto se tornou uma espécie de celeiro de novos artistas com o momento “Olho no Olho”, que encerra as noites de shows com pessoas da plateia mostrando canções próprias.

(Laura Lewer. <https://guia.folha.uol.com.br/shows/2023/03/conheca-o-tranquilo-projeto-musical-que-faz-shows-quase-secretos-em-sp.shtml>. Publicado em 17.03.2023. Adaptado.)

¹*lineup*: lista, sequência.

²*pocket show*: apresentação de curta duração.

10. De acordo com o texto, o projeto musical Tranquilo

- (A) recebe, além de artistas novatos, cantoras famosas como Marina Melo e surpreende a plateia pelo requinte do ambiente.
- (B) superou a marca de espectadores dos shows realizados em Minas e divulga a proposta do projeto via Instagram.
- (C) pretende se estabelecer definitivamente na capital paulistana e escala artistas cujas produções são autorais.
- (D) surgiu em oposição aos círculos restritos do mercado musical e usa a curiosidade como estratégia para atrair o público.
- (E) promove shows de poucas horas e leva ao palco exclusivamente artistas que ainda não lançaram o primeiro álbum.

11. Assinale a alternativa em que os termos ou expressões em destaque estão empregados em sentido figurado.

- (A) O espaço do palco é **delimitado** apenas por um tapete...; se não **acharem um palco**, vão ficar eternamente parados.
- (B) ... projeto musical mineiro que **desembarcou** em São Paulo...; A **escalação** de artistas — sempre representantes da música independente e autoral — só é liberada na segunda-feira...
- (C) ... aos domingos, o perfil no Instagram do Tranquilo publica uma **enquete**.; o projeto se tornou uma espécie de celeiro de novos artistas com o momento **“Olho no Olho”**...
- (D) O artista independente não consegue furar algumas **bolhas**...; ... em formato de pocket show e que **elegem** a diversidade como prioridade...
- (E) ... porque existem **painelas** que não se abrem.; ...Thales Silva, que se sentia **sem horizontes** após lançar um álbum e não conseguir fazer o trabalho circular.

12. O sinal indicativo de crase está corretamente empregado na frase da alternativa:

- (A) Aqueles que dão retorno às mensagens do grupo ficam à par da localização e dos detalhes do show.
- (B) O projeto quer dar suporte à artistas que foram deixados à própria sorte, pois não receberam apoio de gravadoras.
- (C) No que compete às apresentações do projeto, às quais se atribui marca independente e autoral, elas são muito diversificadas.
- (D) Devido à essa face inovadora do projeto Tranquilo, o público de Belo Horizonte chegou à 1 200 pessoas.
- (E) Com vista à prestigiar a plateia, há o momento “Olho no Olho”, aberto à quem queira se arriscar no palco.

13. Considere o trecho do quarto parágrafo.

“Então eu criei o evento pensando nesses artistas que têm qualidade, mas que, se não acharem palco, vão ficar eternamente parados.”

A reescrita desse trecho mantém o sentido original do texto na alternativa:

- (A) Finalmente Thales criou o evento porque há artistas que têm talento, contudo, assim que achem um espaço, vão ficar parados.
- (B) Provavelmente Thales criou o evento porque há artistas que têm talento, portanto, a não ser que achem um espaço, vão ficar parados.
- (C) Aliás, Thales criou o evento porque há artistas que têm talento, entretanto, ainda que achem um espaço, vão ficar parados.
- (D) A saber, Thales criou o evento porque há artistas que têm talento, embora, quando achem um espaço, vão ficar parados.
- (E) Pensando nisso, Thales criou o evento porque há artistas que têm talento, todavia, caso não achem um espaço, vão ficar parados.

14. Considere as frases elaboradas com base no texto.

- Muitos artistas têm um trabalho de alto nível, mas precisam de uma plateia para _____.
- Distribuem-se letras das canções aos presentes para que estes _____ e interajam com os cantores durante os shows.
- Quanto à escalação dos artistas, o Tranquilo somente _____ às segundas-feiras.

De acordo com a norma-padrão de emprego dos pronomes, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) mostrá-lo ... lhes acompanhem ... os libera
- (B) mostrá-lo ... as acompanhem ... a libera
- (C) mostrá-la ... os acompanhem ... os libera
- (D) mostrar-lhes ... lhes acompanhem ... a libera
- (E) mostrar-lhes ... as acompanhem ... os libera

15. O público, depois de deixar bolsas e casacos **no guarda-volumes**, dirigiu-se para a sala de espetáculos e viu, sobre o palco, **um tapete azul-escuro** e um microfone decorado com **fio verde-esmeralda** com várias luzes.

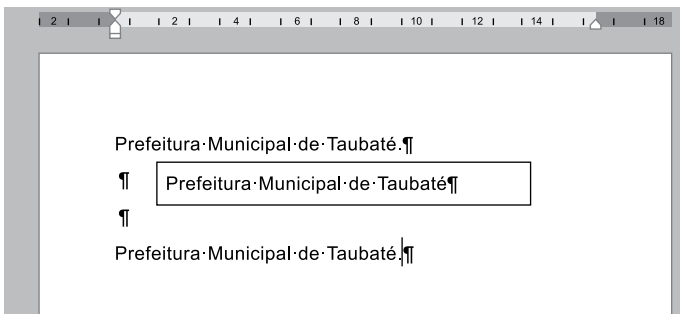
Passando-se as expressões destacadas no texto para o plural, obtêm-se corretamente:

- (A) nos guarda-volumes; tapetes azul-escuros; fios verde-esmeralda
- (B) nos guarda-volumes; tapetes azuis-escuros; fios verde-esmeraldas
- (C) nos guarda-volumes; tapetes azuis-escuro; fios verde-esmeraldas
- (D) nos guardas-volumes; tapetes azul-escuros; fios verde-esmeralda
- (E) nos guardas-volumes; tapetes azuis-escuros; fios verde-esmeraldas

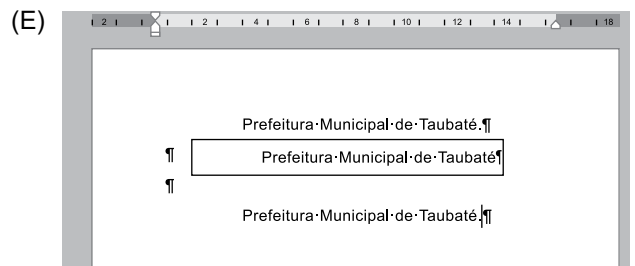
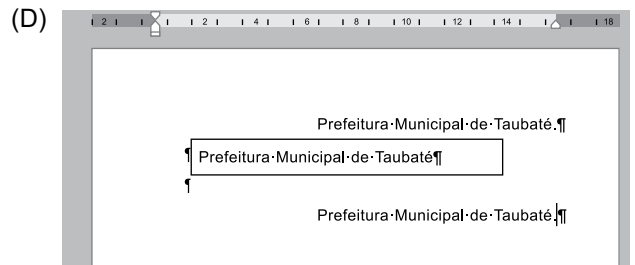
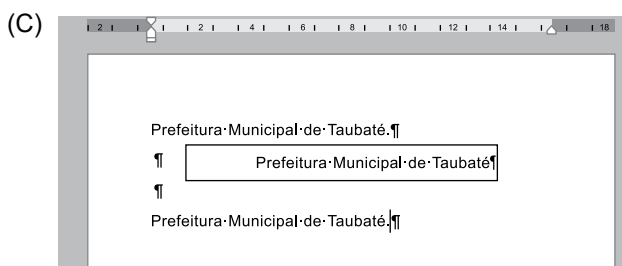
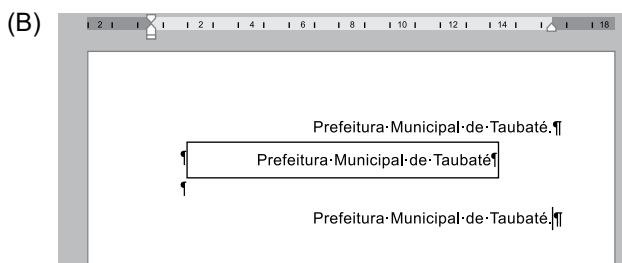
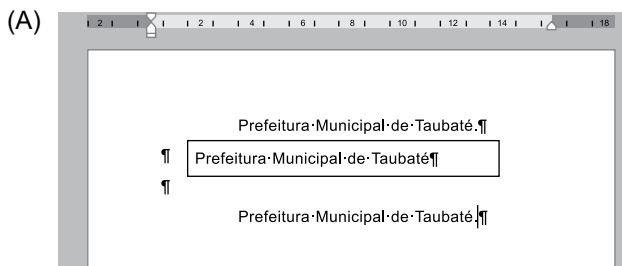
16. Uma das formas de acionar a Ferramenta de Captura do MS-Windows 10, em sua configuração padrão, para tirar print da tela, é por meio do atalho por teclado

- (A) Windows + Shift + S
- (B) Alt + Shift + C
- (C) Windows + R
- (D) Ctrl + Alt + R
- (E) Windows + Ctrl + J

17. A imagem a seguir mostra um trecho de um documento sendo preparado por meio do MS-Word 2016, em sua configuração padrão, contendo texto e uma caixa de texto. A régua e as marcas de parágrafo são exibidas.



Com o cursor na posição vista na imagem, o usuário acionou o atalho Ctrl + A e, em seguida, clicou com o botão principal do mouse para aplicar formatação de alinhamento do parágrafo à direita. O resultado é



18. Um analista técnico judiciário precisava criar uma coluna com a descrição de tipos de processos para uma lista de processos existentes. Para isso, preparou a planilha a seguir, elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	A	Processo do Tipo A	
2	B	Processo do Tipo B	
3	C	Processo do Tipo C	
4			
5	Número do Processo	Tipo do Processo	Descrição do Tipo do Processo
6	2022-001	A	Processo do Tipo A
7	2022-002	B	Processo do Tipo B
8	2023-001	C	Processo do Tipo C
9	2023-002	A	Processo do Tipo A
10			
11			

A única coluna contendo fórmulas é a coluna C. Foi adicionada uma fórmula em C6 e, arrastando a alça de preenchimento de C6, foram preenchidas as fórmulas nas células C7 a C9.

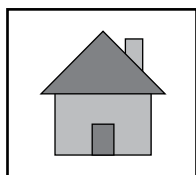
Assinale a alternativa que apresenta corretamente a fórmula adicionada em C6, que corresponde à descrição do enunciado e aos valores exibidos na imagem.

- (A) =PROCV(A\$1:B\$3;B6;2)
- (B) =PROCV(2;B6;A\$1:B\$3)
- (C) =PROCV(1;A\$1:B\$3;B6)
- (D) =PROCV(A\$1:B\$3;2;B6)
- (E) =PROCV(B6;A\$1:B\$3;2)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

19. Considere uma apresentação do MS-PowerPoint 2016, em sua configuração padrão, contendo 5 *slides*, em que os *slides* 1 e 4 estão marcados como ocultos e o botão de ação exibido a seguir, com seu *hiperlink* padrão, foi colocado no slide 3.



Durante a apresentação no Modo de Apresentação, ao chegar no *slide* contendo o botão de ação exibido, o apresentador acionou o botão. Ao acionar o botão, a apresentação foi direcionada para o slide

- (A) 1
 - (B) 2
 - (C) 3
 - (D) 4
 - (E) 5
20. Um usuário, por meio do Google Chrome, versão 111, em sua configuração padrão, acessa o *site* www.google.com.br para realizar uma busca por páginas do *site* da Vunesp que contenham a palavra 'taubate' mas não contenham a palavra 'prefeitura'.

Assinale a alternativa que contém o conteúdo a ser colocado na barra de pesquisa para atender ao descrito no enunciado.

- (A) [vunesp.com.br taubate](http://vunesp.com.br/taubate) (prefeitura)
- (B) [site:vunesp.com.br taubate](http://site:vunesp.com.br/taubate) (prefeitura)
- (C) [site:vunesp.com.br taubate -prefeitura](http://site:vunesp.com.br/taubate-prefeitura)
- (D) [site:vunesp.com.br taubate /prefeitura](http://site:vunesp.com.br/taubate/prefeitura)
- (E) [site:vunesp.com.br taubate \prefeitura](http://site:vunesp.com.br/taubate \prefeitura)

21. Assinale a alternativa que corretamente contempla uma espécie de ato ou norma que pode ser objeto de controle por meio de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

- (A) Súmulas do Poder Judiciário.
- (B) Regimentos internos dos tribunais.
- (C) Súmulas vinculantes.
- (D) Leis anteriores à Constituição Federal de 1988.
- (E) Leis municipais.

22. Assinale a alternativa correta a respeito do entendimento do STF no tocante à coexistência de duas ações diretas de inconstitucionalidade, sendo uma ajuizada na Suprema Corte e outra no Tribunal de Justiça, desafiando a mesma lei estadual cujo objeto de controle tem por base norma da Constituição do Estado de reprodução obrigatória da Constituição Federal.

- (A) Se o STF declara inconstitucional a lei perante a CF, a ADI em âmbito estadual deverá ter prosseguimento para julgamento da validade perante a Carta do Estado.
- (B) Se o STF declara a lei constitucional, o TJ poderá prosseguir no julgamento da ADI no tocante à validade em âmbito estadual, podendo a lei ser declarada inconstitucional, desde que por fundamento diverso.
- (C) Se o TJ declara que a lei está em conformidade com a Constituição do Estado, a ADI deverá ser extinta pelo STF, pela perda superveniente do interesse de agir.
- (D) Quando o TJ declara que a lei é inconstitucional perante a Carta Estadual, a ADI ajuizada no STF deverá ser extinta, uma vez que a decisão do TJ tem por efeito extirpar a lei do ordenamento jurídico.
- (E) Nessa hipótese, deve ser aplicado o princípio da preclusão consumativa, prevalecendo aquela decisão que for proferida primeiro.

23. Nos termos do disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que a competência para explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, cabe
- (A) aos Municípios, mediante regulamentação por lei complementar.
 - (B) à União, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
 - (C) aos Municípios, para suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
 - (D) à União, sendo permitida a sua regulamentação por medida provisória.
 - (E) aos Estados vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
24. Conforme entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, as leis municipais, vigentes antes da Emenda Constitucional 29/2000, que tenham estabelecido alíquotas progressivas para o IPTU são
- (A) constitucionais pelo fenômeno da recepção.
 - (B) inconstitucionais, independentemente do seu objeto.
 - (C) inconstitucionais, salvo aquelas destinadas ao cumprimento da função social da propriedade urbana.
 - (D) constitucionais, exceto aquelas que visavam a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.
 - (E) inconstitucionais, salvo aquelas cujas alíquotas foram impostas em razão do valor do imóvel.
25. John é filho de João e Mary. Esta é brasileira e foi morar e trabalhar nos Estados Unidos da América, a serviço da República Federativa do Brasil, quando John nasceu. Depois de algum tempo, John e seus pais retornaram ao Brasil e John se filiou a um partido político e pretende se candidatar a Deputado Federal.
- Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Constituição Federal a respeito da nacionalidade, é correto afirmar que John
- (A) não poderá se candidatar ao cargo político pretendido.
 - (B) poderá se candidatar ao cargo pretendido, mas não poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, que é privativo de brasileiro nato.
 - (C) poderá se candidatar ao cargo pretendido, e poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, que é privativo de brasileiro nato.
 - (D) poderá se candidatar ao cargo pretendido, e poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, que não é privativo de brasileiro nato.
 - (E) não é considerado brasileiro, mas poderá concorrer ao cargo pretendido se obteve a nacionalidade brasileira antes de completar a maioria.
26. Sirlene é servidora pública estadual e foi eleita para exercer o mandato eletivo de Vereadora. Segundo o que estabelece a Constituição Federal a respeito da matéria, é correto afirmar que Sirlene
- (A) perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, se houver compatibilidade de horários, e se for segurada de regime próprio de previdência social, continuará filiada a esse regime, no Estado.
 - (B) deverá se afastar do seu cargo, ainda que haja compatibilidade de horários, e se for segurada de regime próprio de previdência social, continuará filiada a esse regime, no Estado.
 - (C) poderá acumular o cargo com o mandato eletivo, se houver compatibilidade de horários, e se for segurada de regime próprio de previdência social, deverá se desfiliar desse regime, para se se filiar ao Regime Geral de Previdência Social.
 - (D) deverá se afastar do seu cargo, ainda que haja compatibilidade de horários, e se for segurada de regime próprio de previdência social, deverá se desfiliar desse regime, para se se filiar ao Regime Geral de Previdência Social.
 - (E) perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, se houver compatibilidade de horários, e se for segurada de regime próprio de previdência social, continuará filiada a esse regime, no Município.

DIREITO ADMINISTRATIVO

27. Assinale a alternativa correta a respeito da interação operacional entre as agências reguladoras federais e as agências reguladoras ou os órgãos de regulação municipais.
- (A) As agências reguladoras federais poderão delegar suas competências normativas e fiscalizatórias, para melhor aparelhamento das agências e dos órgãos de regulação municipais.
 - (B) Havendo delegação de competência, a agência reguladora delegante permanecerá como instância superior e recursal das decisões tomadas no exercício da competência delegada.
 - (C) Pelo princípio da autonomia federativa, a execução, por agência reguladora ou órgão de regulação municipal, das atividades delegadas não será submetida a acompanhamento ou avaliação da agência reguladora federal.
 - (D) No acordo de cooperação entre as agências federal e municipal, esta deverá custear seus próprios serviços de fiscalização, sendo vedada transferências de receitas da agência reguladora federal para a agência reguladora municipal.
 - (E) Mediante acordo de cooperação, poderá haver a descentralização das atividades de competências das agências reguladoras federais para as agências reguladoras e órgãos de regulação municipais, salvo as atividades sancionatórias.

28. O Município “X”, localizado no Estado de São Paulo, pretende estabelecer um consórcio com o Município “Y” do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de realização de uma grande obra pública de interesse comum da população da região onde se localizam. Para isso pretendem, ainda, que os respectivos Estados e a União também participem do consórcio.

Considerando a legislação que rege a matéria, assinale a alternativa correta.

- (A) A União somente poderá participar do consórcio se ambos os Estados, SP e MG, também a ele aderirem.
- (B) O consórcio exige que seja constituído por associação pública, não podendo constituir pessoa jurídica de direito privado.
- (C) Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio poderá firmar convênios e contratos, mas não poderá receber subvenções sociais ou econômicas do governo.
- (D) O consórcio poderá ser contratado pela administração dos entes da Federação consorciados, que deverá ser feita obrigatoriamente por meio de licitação.
- (E) É vedado aos entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, ceder-lhe servidores públicos, sob pena de responsabilidade dos seus gestores.

29. Assinale a alternativa que está em conformidade com a Lei nº 13.019/2014 no tocante aos seus conceitos.

- (A) Diretor: agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.
- (B) Atividade: conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil.
- (C) Termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública.
- (D) Termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil.
- (E) Administrador público: agente público revestido de competência para assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros.

30. Suponha que um determinado segmento do funcionalismo público tenha realizado uma greve e paralisada a prestação do serviço não essencial prestado à população por mais de 10 dias.

Nessa situação hipotética, segundo o entendimento do STF no tocante ao tema, é correto afirmar que

- (A) houve o exercício regular do direito de greve e a Administração não poderá proceder ao desconto dos dias parados, ainda que a greve tenha sido provocada por conduta ilícita do poder público.
- (B) houve o exercício regular do direito de greve e a Administração poderá proceder ao desconto dos dias parados, mas somente a partir do décimo dia de paralisação, não sendo permitido acordo de compensação.
- (C) a administração deve proceder ao desconto dos dias parados, salvo se a greve tenha sido provocada por conduta ilícita do poder público, permitida a compensação em caso de acordo.
- (D) a greve será considerada ilegal por ter ultrapassado dez dias de paralisação dos serviços prestados à população, devendo a Administração descontar os dias parados, não sendo permitido acordo de compensação.
- (E) a administração deve proceder ao desconto apenas dos 10 primeiros dias de paralisação, permitida a compensação em caso de acordo, mas o desconto será incabível se a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.

31. Hermes é titular de um órgão administrativo e, nos termos da Lei nº 9.784/1999, pretende delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares.

Nessa situação hipotética, é correto afirmar que Hermes

- (A) poderá efetivar a delegação quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, se não houver impedimento legal, desde que os destinatários da delegação lhe sejam hierarquicamente subordinados.
- (B) goza de autonomia para o ato, ainda que seja presidente de órgão colegiado, limitada a delegação às matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade, não podendo, todavia, ser objeto de delegação, entre outros, a edição de atos de caráter normativo.
- (C) não poderá efetivar a delegação de competência para decisão de recursos administrativos, mas, não havendo restrição legal quanto à matéria da delegação, esta deverá ser feita, em regra, por prazo indeterminado.
- (D) deverá especificar no ato de delegação, entre outras, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, sendo o ato de delegação revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- (E) deverá ter o ato de delegação e sua revogação publicados no meio oficial, sendo vedada eventual ressalva de exercício da atribuição delegada.

32. A empresa “Berlinda S.A.” iniciou o procedimento necessário para participar de licitação, com base na Lei nº 14.133/2021, mas teve indeferido o seu pleito de habilitação como licitante.

Nessa situação hipotética, segundo o disposto na referida legislação, é correto afirmar que a empresa “Berlinda” terá o direito de interpor

- (A) recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, que será dotado de efeito suspensivo.
- (B) impugnação, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, que será dotado de efeito suspensivo.
- (C) recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, que não será dotado de efeito suspensivo.
- (D) impugnação, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, que não será dotado de efeito suspensivo.
- (E) pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, que será dotado de efeito suspensivo.

DIREITO CIVIL

33. Acerca do inadimplemento das obrigações, assinale a alternativa correta.

- (A) O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor. Não havendo termo, a mora se constitui desde que mediante interpelação judicial.
- (B) Não havendo pena convencional não é possível a concessão de indenização suplementar pelo juiz, ainda que provado que os juros da mora não cobrem o prejuízo.
- (C) Nos contratos benéficos, responde por simples culpa o contratante, a quem o contrato aproveite, e por dolo aquele a quem não favoreça.
- (D) Quando a obrigação for indivisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.
- (E) Se no contrato for estipulado o direito de arrependimento para qualquer das partes, as arras terão função unicamente indenizatória, sendo possível indenização suplementar se provado que as arras não cobrem o prejuízo.

34. Diego é proprietário de um terreno na Rua das Violetas e decide construir uma casa para morar com a sua família. Durante a construção, sem perceber, acabou por invadir o terreno do seu vizinho Alan. Ocorre que a parte invadida por Diego excede a vigésima parte do terreno.

Diante da situação hipotética, Diego

- (A) adquire a propriedade da parte invadida do terreno e responde por perdas e danos que abranjam o valor que a invasão acrescer à construção, mais o da área perdida e o da desvalorização da área remanescente.
- (B) é obrigado a demolir o que nele construiu, pagando as perdas e danos apurados, que serão devidos em dobro.
- (C) adquire a propriedade da parte do solo invadido, se o valor da construção exceder o dessa parte, e responde por indenização que represente, também, o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente.
- (D) adquire a propriedade da parte do solo que invadiu, pagando em décuplo as perdas e danos.
- (E) é obrigado a demolir o que nele construiu e responde por perdas e danos.

35. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD estabelece regras específicas para a realização de estudos em saúde pública. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) os órgãos de pesquisa poderão ter acesso à base de dados pessoais que poderão ser tratados dentro ou fora do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas.
- (B) devem incluir, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerar os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas.
- (C) a divulgação dos resultados ou de qualquer excerto do estudo ou da pesquisa poderá revelar dados pessoais apenas nas situações de interesse público comprovado.
- (D) o órgão de pesquisa será o principal responsável pela segurança da informação, permitida em casos de comprovado interesse público, a transferência dos dados a terceiro.
- (E) o acesso aos dados para a realização de estudos em saúde pública será objeto de regulamentação por parte da autoridade municipal e das autoridades da área de saúde e sanitárias.

36. José, portador de uma doença grave, precisa urgentemente da realização de uma cirurgia não custeada pelo seu plano de saúde. João, seu primo e advogado, decide propor uma tutela provisória fundamentada na urgência para custeio da cirurgia. Ocorre que, no momento da propositura, João se confundiu e ao invés de propor a ação perante a vara cível da comarca onde José reside, propôs a ação perante a vara trabalhista da mesma comarca.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) se o plano de saúde não alegar a incompetência em preliminar de contestação, prorrogar-se-á a competência.
- (B) a incompetência pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, mas não pode ser declarada de ofício pelo juiz.
- (C) após a manifestação de José acerca da incompetência alegada pelo plano de saúde, o juiz decidirá a alegação de incompetência em até 5 (cinco) dias.
- (D) salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.
- (E) por se tratar de incompetência absoluta, deve ser arguida por meio de exceção de incompetência.

37. Acerca da citação por edital, assinale a alternativa correta.

- (A) Será feita quando inacessível o lugar em que se encontrar o réu, sendo que neste caso, a notícia de sua citação será divulgada também pelo rádio, se na comarca houver emissora de radiodifusão.
- (B) A parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadas para sua realização, incorrerá em multa de 5 (cinco) vezes o valor do salário-mínimo, que será revertida para um fundo judiciário.
- (C) É necessária a citação por edital na ação de usucapião de bens móveis ou imóveis.
- (D) É requisito da citação por edital a determinação, pelo juiz, do prazo, que variará entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, fluindo da data da primeira publicação.
- (E) O réu será considerado em local incerto se infrutíferas as tentativas de sua localização, fato que autorizará, posteriormente, a requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos.

38. Para garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, caberá

- (A) incidente de resolução de demandas repetitivas.
- (B) ação rescisória.
- (C) incidente de arguição de inconstitucionalidade.
- (D) incidente de assunção de competência.
- (E) reclamação.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

39. Se em uma mesma ação, uma associação constituída há pelo menos um ano requer a indenização aos consumidores em razão de defeito do produto e a proibição da venda do produto, estão resguardados os interesses

- (A) difusos.
- (B) coletivos.
- (C) coletivos e individuais homogêneos, respectivamente.
- (D) individuais homogêneos e difusos, respectivamente.
- (E) difusos e coletivos, respectivamente.

40. Acerca do inquérito civil, é correto afirmar que

- (A) não havendo elementos suficientes para a propositura de ação, promover-se-á o arquivamento do Inquérito Civil, tornando a matéria preclusa.
- (B) se trata de procedimento administrativo obrigatório de natureza acusatória.
- (C) as provas colhidas no inquérito civil têm valor probatório relativo, porque colhidas sem a observância do contraditório.
- (D) por ser inquisitivo, é impossível a inversão do ônus da prova, mesmo se comprovado o requisito da hipossuficiência da parte.
- (E) apesar de ser facultativo, há a obrigatoriedade de participação do magistrado.

41. O litisconsórcio no processo civil coletivo

- (A) não é possível, já que as ações coletivas não permitem a participação de mais de um autor ou réu.
- (B) é obrigatório para todas as ações coletivas, sendo necessário que todos os interessados participem da demanda.
- (C) é obrigatório apenas em ações que tratem de interesses individuais homogêneos.
- (D) é sempre obrigatório para os réus, mas é facultativo para os autores da demanda.
- (E) é facultativo, podendo os interessados participarem da demanda de forma isolada ou conjunta.

42. Nas ações coletivas, a sentença fará coisa julgada

- (A) *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese de interesses ou direitos coletivos.
- (B) *erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese de interesses ou direitos individuais homogêneos.
- (C) *erga omnes* no caso de procedência do pedido, nas ações que versem sobre direitos coletivos, sendo certo que os efeitos da coisa julgada não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe.
- (D) *ultra partes*, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar de interesses ou direitos difusos.
- (E) *ultra partes*, nas ações que versem sobre direitos individuais homogêneos, sendo certo que os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

43. Para fins do que dispõe a Lei Federal nº 13.019/2014, o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com as organizações da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros, considera-se

- (A) termo de fomento.
- (B) termo de colaboração.
- (C) acordo de cooperação.
- (D) acordo de parceria.
- (E) acordo de transferência.

44. De acordo com o que dispõe o Código Tributário Nacional, atendendo à diminuta importância do crédito tributário, a lei pode autorizar a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, a conceder

- (A) compensação.
- (B) transação.
- (C) isenção.
- (D) anistia.
- (E) remissão.

45. Considerando os limites globais da despesa total com pessoal, conforme estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que ocorrerá descumprimento do limite prudencial no município cujo gasto total com pessoal exceder o percentual de:

- (A) 60%
- (B) 58,5%
- (C) 57%
- (D) 54%
- (E) 49%

46. Ressalvado o disposto no Código Tributário Nacional, a vigência no espaço e no tempo da legislação tributária rege-se pelas disposições aplicáveis às normas jurídicas

- (A) tributárias.
- (B) financeiras.
- (C) orçamentárias.
- (D) em geral.
- (E) de Direito Civil.

47. Determinada indústria localizada em Taubaté/SP estuda a transferência de sua sede, a fim de reduzir os encargos tributários. A partir dessa medida, aventou-se a possibilidade de realizar estudos e executar medidas de incentivos fiscais para o setor industrial e, assim, atrair ao Município mais investimentos. Considerando a Lei Complementar nº 1/1990 e alterações posteriores, assinale a alternativa que corresponda ao órgão que detém tal competência.

- (A) Departamento de Negócios Jurídicos do Poder Executivo Municipal.
- (B) Grupo Executivo Industrial, ligado ao Departamento de Desenvolvimento Econômico, do Poder Executivo Municipal.
- (C) Grupo Tributário, ligado ao Departamento de Finanças, do Poder Executivo Municipal.
- (D) Departamento de Obras Públicas do Poder Executivo Municipal, em conjunto com o Poder Legislativo.
- (E) Grupo Tributário, ligado ao Departamento de Finanças, do Poder Executivo Municipal, em conjunto com o Conselho de Contribuintes local.

48. Com relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana, previsto na Lei Complementar nº 2/1990, do Município de Taubaté, assinale a alternativa correta.

- (A) A base de cálculo do imposto é o valor real do terreno, ao qual se aplica a alíquota de 1% (um por cento).
- (B) São isentos do referido imposto os ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira, bem como os participantes da Revolução Constitucionalista de 1932, proprietários de imóveis residenciais ou comerciais, desde que tenham renda *per capita* de até um salário-mínimo e meio.
- (C) O referido imposto tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel construído, localizado na zona urbana do Município, não sendo considerados os imóveis localizados na zona rural.
- (D) Portadores de deficiência podem receber imunidade do referido imposto, caso comprovem sua condição perante o órgão tributário.
- (E) A isenção concedida a ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira, bem como os participantes da Revolução Constitucionalista de 1932, não é transmitida a seu cônjuge e filhos.

49. A Corregedoria Geral do Município deve realizar correições em entidades da Administração direta e indireta. Considerando as disposições da Lei Complementar nº 470/2021, do Município de Taubaté, assinale a alternativa correta.

- (A) A Corregedoria será chefiada pelo Procurador-Geral do Município, cujo mandato de quatro anos pode ser prorrogado por igual período.
- (B) As correições visam avaliar a regularidade da ação administrativa pela ótica dos princípios da legalidade e da moralidade e, em razão de sua natureza, podem substituir a instauração de procedimentos disciplinares.
- (C) As correições ordinárias são aquelas rotineiramente programadas, determinadas pelo Prefeito Municipal, para combater eventuais disfunções no serviço público municipal.
- (D) O Corregedor-Geral Municipal e seu suplente são nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de quatro anos, vedada a prorrogação.
- (E) A função de Corregedor-Geral é de confiança, e seu ocupante é nomeado pelo Prefeito Municipal, dentre os servidores com formação em Ciências Jurídicas que tenham mais de 10 anos de vínculo com a Administração Pública.

50. Maria sempre atuou como professora da educação infantil e completou 57 anos de idade. Nos termos da Lei Complementar nº 484/2022, assinale a alternativa que contemple os requisitos necessários para que a servidora possa se aposentar.

- (A) 25 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício do magistério, 10 anos de efetivo exercício de serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.
- (B) 22 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício do magistério, 10 anos de efetivo exercício de serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.
- (C) 20 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício do magistério, 15 anos de efetivo exercício de serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.
- (D) 18 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício do magistério, 5 anos de efetivo exercício de serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.
- (E) 15 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício do magistério, 5 anos de efetivo exercício de serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

